



MINISTRAS ORDENADAS EM IGREJAS PROTESTANTES HISTÓRICAS NO BRASIL E A RELAÇÃO COM O TEXTO BÍBLICO: UMA DISCUSSÃO FEMINISTA

Ordained ministers in historic protestant churches in Brazil and the relationship with the
biblical text: A feminist discussion

Carolina Bezerra de Souza*

Resumo: Este artigo reflete sobre um recorte dos dados da pesquisa 'A ordenação de mulheres aos ministérios eclesiais nas igrejas protestantes históricas brasileiras', realizada em 2021, que visava perceber questões da vivência ministerial de mulheres ordenadas nessas igrejas. Interessa para este artigo analisar os dados coletados referentes ao tema do acesso aos textos sagrados realizado por essas ministras em relação às violências de gênero e à busca por justiça de gênero, partindo de uma hermenêutica feminista. Queremos perceber que tipo de textos são inspiradores, os que são usados para confrontar os ministérios de mulheres, que tipo de argumentação bíblica circula socialmente e se os textos são auxílio para essas mulheres ou se elas percebem que pode-se construir justiça de gênero com o uso da Bíblia.

Palavras-chave: Ministério ordenado de mulheres. Bíblia. Teologia feminista.

Abstract: This article reflects on a fragment of data from the research 'The ordination of women to ecclesiastical ministries in Brazilian historic Protestant churches' carried out in 2021, which aimed to understand issues of the ministerial experience of women ordained in these churches. It is of interest to analyze the data collected regarding the issue of access to sacred texts carried out by these ministers in relation to gender violence and the search for gender justice, based on a feminist hermeneutic. We want to understand what kind of texts are inspiring, which ones are used to confront women's ministries, what kind of biblical argumentation circulates socially and if the texts are helpful for these women or if they realize that gender justice can be built with the use of the Bible.

Keywords: Women's ordained ministry. Bible. Feminist theology.

* Professora de Novo Testamento e de Teologia Feminista na Faculdades EST. Pós-doutorado em Teologia Bíblica Feminista na Faculdades EST. Doutora e Mestre em Ciências da Religião pela PUC Goiás. E-mail: carolina.bezerra@est.edu.br

Introdução

A participação das mulheres nas igrejas cristãs é essencial para a vida comunitária, mas não se reflete na presença delas em cargos eclesiais. Se por um lado, ações e protagonismos das mulheres são responsáveis pela incidência, manutenção e sobrevivência das comunidades, uma vez que elas sempre compuseram ativamente as comunidades cristãs, sendo a maioria da constituição das igrejas católica e das evangélicas no Brasil¹, por outro lado, essa situação não se reflete na proporção de homens e mulheres em ministérios ordenados. A participação de mulheres em cargos e funções de liderança sempre foi desigual e injusta. Com isso, entendemos que a experiência religiosa e social de mulheres está desproporcionalmente refletida na composição das lideranças eclesiais, sendo que numa boa parte das denominações cristãs tal experiência é silenciada.

A história de mulheres nos ministérios eclesiais ordenados de igrejas cristãs no Brasil é recente. Enquanto isso ainda não se realiza na igreja católica, algumas igrejas protestantes têm pastoras e outros formatos de ministérios ordenados. Por exemplo, a ordenação de mulheres tem cerca de 50 anos na igreja metodista, 39 na igreja luterana, 36 na anglicana, 23 na igreja presbiteriana independente e 21 nas igrejas batistas². O fato de ser uma história recente impacta também a proporção de mulheres que hoje entendem-se vocacionadas aos ministérios ordenados.

Essa desproporção e não acesso de mulheres a cargos de liderança constituem uma forma de violência contra a mulher, é parte da materialização da violência simbólica³. O conjunto dessas violências funciona como instrumento de manutenção de uma estrutura social hierárquica e injusta. Afetam o âmbito religioso na “maneira de apreender os textos sagrados, além das práticas eclesiais, convicções religiosas”⁴ e assim, conduzem as opções sociopolíticas formadas a partir da experiência religiosa, uma vez que constroem uma leitura de mundo. Portanto, fortalecem,

¹ Veja pesquisa produzida pelo Datafolha que afirma que 58% das pessoas que se identificam como evangélicas são mulheres. Pessoas negras e pardas formam 59% dos evangélicos. Cfe.: 50% DOS BRASILEIROS são católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião, diz Datafolha. **G1**, 13 jan. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml>. Acesso em: 21 jul. 2022.

² Queremos indicar obras produzidas sobre ordenação de mulheres recentemente pela Universidade Metodista de São Paulo e pela Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: RIBEIRO, Margarida; SANTOS, Suely Xavier dos. **Ministério Pastoral das Mulheres Metodistas: 1970/71-2020/21**. São Paulo: Angular, 2021. SILVA, Lilian Conceição da; ROSA, Selma Almeida; RIBEIRO, Tatiana. **35 anos de ordenação de mulheres na IEAB: vivências e contribuições pastorais**. Porto Alegre: Livraria e Editora Anglicana, 2020.

³ Segundo Bourdieu, as violências físicas ou simbólicas, constituem uma ação humana, seja direta ou institucional, para a constante produção histórica de estruturas de dominação. A violência simbólica se dá quando a pessoa dominada põe em ação dispositivos que resultam da incorporação de classificações naturalizadas na produção de seu ser social, para avaliar a si e aos dominantes, de tal forma que o forçam a aderir ao sistema de dominação. É uma forma invisível de exercer poder sobre os corpos, pois, sem coação física, inculca predisposições na profundidade do ser. BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 47-51.

⁴ SOUZA, Carolina Bezerra de. **Marcos: Evangelho das Mulheres**. 2017. 396 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2017. p. 28.

produzem e reproduzem desigualdades de gênero. Procede-se então uma dominação masculina nos âmbitos eclesiais, em que o poder religioso é mantido entre homens.

Muitas vezes, interpretações sexistas de textos bíblicos são utilizadas para fundamentar esse formato de violência, mas também outras formas de interpretações podem ser fonte de inspiração para a atuação das mulheres como líderes eclesiais e auxílio para fortalecer frente a situações difíceis. É sobre a experiência de ministras ordenadas com o texto bíblico que este artigo pretende refletir a partir dos dados da pesquisa ‘A ordenação de mulheres aos ministérios eclesiais nas igrejas protestantes históricas brasileiras’⁵, realizada em 2021 pelo Programa de G6nero e Religião da Faculdades EST.

O universo da pesquisa eram as ministras ordenadas dessas igrejas, por isso, contemplou as Igrejas Batistas, Presbiteriana Independente, Presbiteriana Unida, Anglicana, Metodista e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Pretendia-se com a pesquisa recolher informações sobre aspectos da vida ministerial relacionadas às questões de gênero que pudessem fomentar reflexões teológicas e amparar a produção de material de apoio para fomentar a justiça de gênero⁶ nas igrejas cristãs.

O instrumento de pesquisa foi um formulário online contendo 28 questões objetivas e discursivas, que versavam sobre aspectos dos ministérios ordenados de mulheres, violências e de propostas para a evolução da questão da justiça de gênero em âmbitos eclesiais. Esse questionário foi divulgado de forma digital (e-mail e redes sociais) e obtivemos 133 respostas ao instrumento.

Neste artigo, pretende-se discutir os dados de um recorte dessa pesquisa. Queremos abordar a questão da relação das ministras com os textos sagrados conforme aparecem ao longo da pesquisa. São três questões dedicadas ao tema, mas ele aparece ainda em outras questões, ambos os casos serão tratados nesse artigo refletindo sobre o uso e acesso das ministras aos textos sagrados.

⁵ A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdades EST e está registrada na Plataforma Brasil sob o CAE 47421721.2.0000.5314 com parecer de aprovação do relatório final número 5.399.854.

⁶ “Justiça de gênero implica a proteção e promoção da dignidade das mulheres e dos homens, que, sendo pessoas criadas à imagem de Deus, são mordomos corresponsáveis da criação. A justiça de gênero se expressa por meio da igualdade e de relações equilibradas de poder entre mulheres e homens e da eliminação dos sistemas institucionais, culturais e interpessoais de privilégio e opressão que sustentam a discriminação”. FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL. **Política de Justiça de Gênero**. Genebra: [s.n.], 2014. p. 38. Disponível em: <https://www.luteranos.com.br/public/download.php?nome=polu-tica-de-justiua-de-gu-nero-federau-u-o-luterana-mundial&file=201410/066b397ebf417b78fd9e1d2467836f8a.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2022. Entendemos “a justiça de gênero como um princípio teológico, pedagógico e ético que contribui na desconstrução dos mecanismos discriminatórios de gênero, responsáveis pela produção e legitimação da dicotomia e opressão que definem os homens como superiores às mulheres”. FACULDADES EST. **Política de Justiça de Gênero**. 2015. p. 2-3. Disponível em: http://www.est.edu.br/ouvidoria/template/docs/Politica_Justica_de_Genero-final.pdf. Acesso em: 22 fev. 2022.



Abordagem feminista de textos sagrados

Segundo Richter Reimer, as abordagens tradicionalmente utilizadas para abordagem e interpretação da bíblia não são suficientes para tratar a “profundidade de mecanismos de opressão que principalmente mulheres e crianças, escravas ou não, enquanto minoria qualitativa, sofriam em seu contexto histórico-social”⁷. Por isso, a categoria de gênero⁸ é amplamente utilizada por teólogas feministas para acessar os textos sagrados, como forma de decodificar as relações de poder fixadas nesses textos e identificar estratégias androcêntricas, além de reconhecer as proibições e tensões presentes⁹.

Dessa forma, uma das grandes questões envolvidas nessas abordagens é desnaturalizar opressões, denunciando violências e subordinações que podem ser usadas para amparar hierarquias sociais injustas. Por isso, faz-se uso de uma hermenêutica da suspeita¹⁰, que não toma essas naturalizações por verdades e desconfia de textos e contextos que trazem essas afirmações. Portanto, conduz-se à desconstrução de paradigmas excludentes ou opressores, sejam estes ligados às questões de etnia, gênero, sexualidade, classe social, idade, colonialidade ou outros limites dogmáticos.

Ao fazer a análise de textos sagrados, a hermenêutica feminista considera que eles são ‘testemunhos de fé produzidos em um contexto histórico-cultural cuja compreensão se dá em dinâmica de intra, inter e extratextualidade. Os referenciais para a leitura são as experiências de vida de corpos históricos, seus cotidianos, corporeidades, as experiências públicas e privadas nas diversas dimensões humanas¹¹.

Como é uma hermenêutica feminista, tem também como função a aplicação para a busca de uma vida digna das mulheres. Propõem-se, assim, uma abertura dialética com a sociedade, para levar a novas formas de apreender os textos sagrados. Essa atuação da teologia feminista tem

⁷ RICHTER REIMER, Ivoni. Para memória delas! Textos e interpretações na (re)construção de cristianismos originários. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 50, n. 1, p. 41-53, jan./jun. 2010. p. 45.

⁸ Joan Scott define gênero a partir da conexão entre duas proposições: 1) “é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e 2) “é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

⁹ MALBON, Elizabeth Struders; ANDERSON, Janice Capel. *Literary-Critical Methods*. In: SCHÜSSLER FIORENZA, Elizabeth. **Searching the Scriptures**. New York: The Crossroad Publishing, 1993. 1 v. p. 241-271. p. 251.

¹⁰ A hermenêutica da suspeita busca desmascarar estratégias androcêntricas dos textos, desconfia dos textos e de seus contextos de produção, busca reavaliar os textos bíblicos em sua retórica, ditos e não-ditos sobre questões que envolvem as disputas de poder (gênero, etnia, classe, corporeidade, sexualidade, cotidiano...), identificando também estereótipos hierarquizantes e, por fim, propondo novos modelos interpretativos mais justos. Veja CANDIOTTO, Jaci de Fátima Souza. *Hermenêutica Feminista da Suspeita como possibilidade de superação de epistemologias teológicas excludentes*. **Revista. Pistis e Praxis**, Curitiba, v. 13, ed. espec., p. 291-306, 2021.

¹¹ RICHTER REIMER, Ivoni. **Grava-me como selo sobre teu coração: teologia bíblica feminista**. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 34-35; RICHTER REIMER, 2010, p. 45-46.



função política, pois a hermenêutica feminista propõe desconstrução e reconstrução como um processo que “alarga o próprio significado do texto e faz aparecer relações que a princípio não podiam ser vistas pelas leitoras formadas na tradição patriarcal. Pouco a pouco vai se influenciando na cultura e criando novas maneiras de pensar o relacionamento [...]”¹².

Nesse sentido, entender como as ministras ordenadas acessam, utilizam, recorrem à bíblia é uma etapa importante para a teologia feminista. Tanto para perceber experiências de corpos históricos com os textos sagrados como a dimensão política que se gera a partir do acesso a eles, e por fim, possibilitar uma abordagem mais justa direcionada às ministras através de subsídios teológicos.

Sistematização e análise das questões sobre textos sagrados

Dois movimentos orientaram a abordagem da pesquisa com respeito aos textos sagrados. A primeira inquietação era entender que tipo de textos inspiravam essas ministras. Para tratar disso, escolhemos abordar dois períodos para coletar dados: a caminhada ao ministério ordenado e o exercício ministerial. Perguntamos quais textos foram acessados pelas ministras como motivadores da vocação ministerial e que textos fortaleceriam sua vivência ministerial. Além disso, para o segundo movimento, havia a inquietação de ter dados sobre que textos sagrados elas reconheciam nos questionamentos que receberam aos seus exercícios ministeriais, por isso, acrescentamos uma pergunta sobre tais textos.

O instrumento de pesquisa continha o espaço de um parágrafo em cada questão para responder sobre esses textos. Tivemos algumas ocorrências de passagens com a referência errada, algumas que não conseguiram escolher textos específicos, algumas que não responderam sobre textos sagrados, várias citaram mais de um texto. Na primeira questão de textos bíblicos, sobre o tempo de caminhada ao ministério, foram 97 referências a textos ou personagens bíblicas. Na segunda questão, sobre o tempo de ministério, foram 153 referências. Em ambas, obtivemos uma grande quantidade de textos citados com grande dispersão, ou seja, houve pouca repetição de textos. Por isso, no caso das duas questões citadas, foi impossível uma abordagem exegética para tentar compreender cada texto com uma proposta acadêmica de sentido. A pesquisa exegética também fugiria da experiência das ministras com o texto bíblico, que é subjetiva, mas que acumula o conhecimento da vivência teológica comunitária, porém não é tão acessível com esse instrumento de pesquisa.

Nesse sentido, a análise dos textos se baseia em um formato de classificação por tipos de texto, em que cada texto pode apresentar-se como mais de um tipo, e contagem das ocorrências

¹² GEBARA. Ivone. Que escrituras são autoridade sagrada? Ambiguidades da Bíblia na vida das mulheres na América Latina. **Concilium**, Petrópolis, v. 3, n. 276, p. 10-25, 1998. p. 19.

de um determinado tipo. Essa avaliação propõe uma classificação que é subjetiva, advinda da própria análise e experiência desta pesquisadora, que atua na área de bíblia. Da classificação dos textos, produziu-se então os gráficos a seguir para as questões do formulário que são sobre textos inspirativos.

Figura 1: Gráfico da categorização e contagem de tipos de textos citados



Fonte: autoral.

Figura 2: Gráfico da categorização e contagem de tipos dos textos citados



Fonte: autoral.



O que percebemos a partir desses gráficos é que, de modo geral, não são os textos que falam sobre mulheres ou que abordam questões de justiça de gênero ou de uma imagem feminina de Deus os que mais inspiraram o ministério e fortalecem a vida ministerial dessas mulheres. Isso é um dado importante, as narrativas bíblicas sobre mulheres e sua relação com Deus ou Jesus aparecem nesses dados, mas não compõem as experiências de motivação para a maioria das ministras que participaram da pesquisa.

No caso dos textos que inspiram a vocação, a categoria que mais aparece é a de textos que trazem exortação de serviço ou seguimento, depois ao funcionamento da comunidade, que são os textos que tratam de comportamento, da relação entre as pessoas da comunidade, funções de liderança e de como exercê-las. Porém, se somarmos as categorias Deus escolhe, Deus envia, Jesus escolhe e Jesus envia, como formatos de chamado à vocação, então temos o segundo maior número de acessos nessa junção. Verifica-se que o conjunto dos textos mais acessados na caminhada ao ministério têm personagens masculinos como protagonistas. Portanto, textos sobre homens inspiram mais as mulheres a serem ministras do que os textos sobre mulheres.

Associamos a situação retratada nesse gráfico a algumas questões. Primeiramente, ainda temos mais ministros que ministras. Esses ministros refletem mais sobre os textos com os quais se identificam, ou seja, com textos com experiências masculinas, portanto pregam e produzem mais material sobre isso, dando mais acesso a esse conteúdo. Dessa forma, moldam uma grande parte da experiência religiosa comunitária e da própria subjetividade da comunidade a partir de um ponto de vista masculino, sendo a vivência comunitária um aspecto chave para o reconhecimento vocacional.

Portanto, a ausência de mulheres nas lideranças conduz a um acesso parcial aos textos sagrados pelas mulheres, inclusive aquelas vocacionadas ao ministério. Além disso, as ministras cujas experiências religiosas não contemplam os textos sobre mulheres, justiça de gênero e uma imagem feminina de Deus também tendem a não utilizar, pelo menos inicialmente, esse tipo de texto em suas pregações e materiais. Isso também corrobora com a continuidade da situação.

Um segundo ponto é o apagamento das experiências e protagonismos das mulheres nos textos bíblicos motivados por uma interpretação androcêntrica dos textos sagrados. Isso ocorre mesmo quando o acesso é feito por mulheres, uma vez que a Bíblia e tradição teológica cristã, na qual se baseia a cultura das mulheres cristãs, carregam uma característica androcêntrica e patriarcal muito forte¹³.

Isso indica que mais material de estudo bíblico e mais formação com esse sentido podem ser pensadas para que o protagonismo das mulheres bíblicas, de maneira que os textos sobre justiça e gênero e as imagens femininas de Deus formem a experiência religiosa das mulheres e

¹³ SCHÜSSLER FIORENZA, Elisabeth. **As origens cristãs a partir da mulher**: uma nova hermenêutica. Tradução de João Rezende da Costa. São Paulo: Paulinas, 1992. p. 134-139.

possam ser inspiradores para a liderança nas comunidades cristãs. Embora exista produção de material com base na teologia feminista a cerca de 40 anos no Brasil, uma vez que essa reflexão tomou impulso nos anos de 1980/90¹⁴, tais materiais não adentram a produção em massa, ou seja, não há tanto material teológico popularizado que tenha sido produzido em atenção à questão de justiça de gênero, que considere a necessidade de reler e apresentar novas hermenêuticas sobre os textos sagrados. Nesse sentido, é importante a atuação de teólogas feministas produzindo material com leituras de gênero, fomentando novas imagens e símbolos, acrescentando dimensões e criticando os símbolos das religiões patriarcais¹⁵.

Percebemos que há um grande aumento no acesso a textos com protagonismo de mulheres e também aos que tratam sobre justiça de gênero e imagens femininas de Deus, entre o momento da vocação e o do exercício ministerial. Também notamos que a categoria de texto que se acessa durante o ministério em busca de fortalecimentos são as imagens do Deus que cuida, que é uma função culturalmente associada às mulheres.

Essas informações fazem sentido quando observamos os dados da mesma pesquisa que indicam o aumento da percepção de preconceito de gênero sofrido pelas ministras no período do exercício do ministério. Uma porcentagem de 56,8% das ministras participantes da pesquisa identificou que sofreu preconceito de gênero na caminhada para o ministério, esse número aumenta para 70,2% no exercício do ministério ordenado. Nesses momentos, em que são confrontadas com a violência de gênero de forma direta, elas buscam mais por textos sobre mulheres, sobre um Deus que cuida e que tem uma imagem feminina e mais sobre a temática da justiça de gênero como forma de fortalecer para a atuação ministerial. Aumentam, então, o acesso a partir de experiências religiosas femininas com o texto, pois as experiências masculinas construídas pelos ministros que as antecederam e formaram não confrontam esse formato de violência ou auxiliam no resistir a elas.

Perguntamos, então, se elas haviam sido questionadas em sua vocação e que textos bíblicos foram utilizados, a resposta era discursiva. Das 133 respostas, 55 (41%) afirmaram que não foram questionadas ou que não se recordam. Demais respostas continham textos, comentários, algumas afirmaram terem sido questionadas, mas não citaram textos bíblicos ou deram referências incompletas. Isso significa que a maioria das ministras foi questionada em sua vocação com o uso de textos bíblicos. Na tabela a seguir, verificamos a ocorrência dos textos citados.

¹⁴ SOUZA, Carolina Bezerra; RICHTER REIMER, Ivoni; SCHUCHARDT, Ketlin Laís. Métodos e Epistemologias Feministas nos Estudos de Religião. *Reflexus*, Vitória, v. 14, n. 1, p. 15-43, jan./jun. 2020.

¹⁵ SCHÜSSLER FIORENZA, Elisabeth. **Discipulado de iguais**: uma ekklesia-logia feminista crítica de libertação. Tradução de Yolanda Steidel Toledo. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 85.

Tabela 1: Textos citados para questionar o ministério de mulheres

Texto bíblico	Ocorrência	Comentário sobre o conteúdo do texto
1Co 14.33b-35	22	Silenciamento de mulheres: as mulheres devem ficar caladas na assembleia.
1Tm 2.11-15	11	Silenciamento, controle de corpos, saberes e ensino limitados às mulheres: a mulher deve aprender em silêncio e submissão e não pode ensinar.
1Co 11.3-16	4	Submissão feminina: O homem é o cabeça da mulher.
1Tm 3.1-7	4	Exclusão das mulheres na liderança comunitária: descrição do perfil masculino dos bispos.
Ef 5	3	Submissão feminina: um dos códigos de deveres domésticos, que afirma que a mulher deve ser submissa ao seu marido.
1Tm 5	1	Controle imposto sobre o grupo organizado de mulheres cristãs, as viúvas, com restrição de atividades e pertencimento.
Tt 2	1	Controle de corpos e ensino limitados às mulheres.
Mt 4.18-22	1	Jesus chama quatro pescadores. O texto é tomado isoladamente, como se no ministério de Jesus ele também não tivesse sido acompanhado de mulheres (Cf. Lc 8.1-3 e Mt 27.55-56).
Mt 9.14a	1	Os fariseus jejuam, mas não os discípulos de Jesus.
Mc 3.13-19	1	Designação dos 12 apóstolos. O texto é tomado isoladamente, como se no ministério de Jesus ele também não tivesse sido acompanhado de mulheres (Cf. Lc 8.1-3 e Mc 15,40-41).
Fp 1.6	1	Usado para inferir que o ministério feminino é uma obra inacabada que precisa da interferência de Deus.
2Co 4.1-2	1	Usado para inferir o ministério de mulheres como astúcia que adultera a palavra de Deus.
Jo 1.32	1	João Batista testemunha o Espírito descendo sobre Jesus.

Fonte: autoral.

Esses resultados surpreenderam pelo fato de que nenhum texto do Antigo Testamento foi citado. A expectativa era encontrar alguma interpretação sobre o primeiro pecado ou a criação da mulher, uma vez que são essas as questões que embasam as interpretações do Antigo Testamento usadas nas argumentações contidas no Novo Testamento.

Observamos que os textos mais evocados são aqueles que tratam do silenciamento, da submissão e do controle de corpos e saberes das mulheres. São textos que afirmam diretamente condições para a vida de mulheres que geram impossibilidade de ação feminina na liderança eclesial. Mulheres silenciadas, sem conhecimento, submissas ou sem autoridade não possuem

condições de serem ministras, de ocuparem o púlpito nas pregações, de ensinar sobre a bíblia ou a vivência cristã.

Aparecem, ainda, com repetição, a exclusão das mulheres da liderança pela descrição de um perfil masculino de líder religioso, textos relacionados ao controle de grupos de liderança feminina e ao chamado dos discípulos homens de Jesus.

O uso sexista desses textos bíblicos constrói a ideia de um tipo de feminilidade que carrega a incapacidade ou a não dignidade para a liderança eclesial. Os textos são usados isoladamente e sem uma interpretação contextual. Esse conjunto exemplifica o quanto é necessária a produção de material teológico e de capacitação de liderança que se baseiem em uma hermenêutica justa sobre esses e outros textos que demonstrem o discipulado de mulheres no movimento de Jesus, assim como a contextualização desses textos. A forma como esses recursos seriam disponibilizados também precisa ser uma preocupação, pois eles precisam ser acessados tanto pelas ministras e ministros como pelo público das igrejas em geral, para desfazer leituras literalistas e fundamentalistas que formam base para posturas violentas e de exclusão de mulheres dos âmbitos das lideranças eclesiais.

O acesso aos textos bíblicos refletido em outras questões da pesquisa

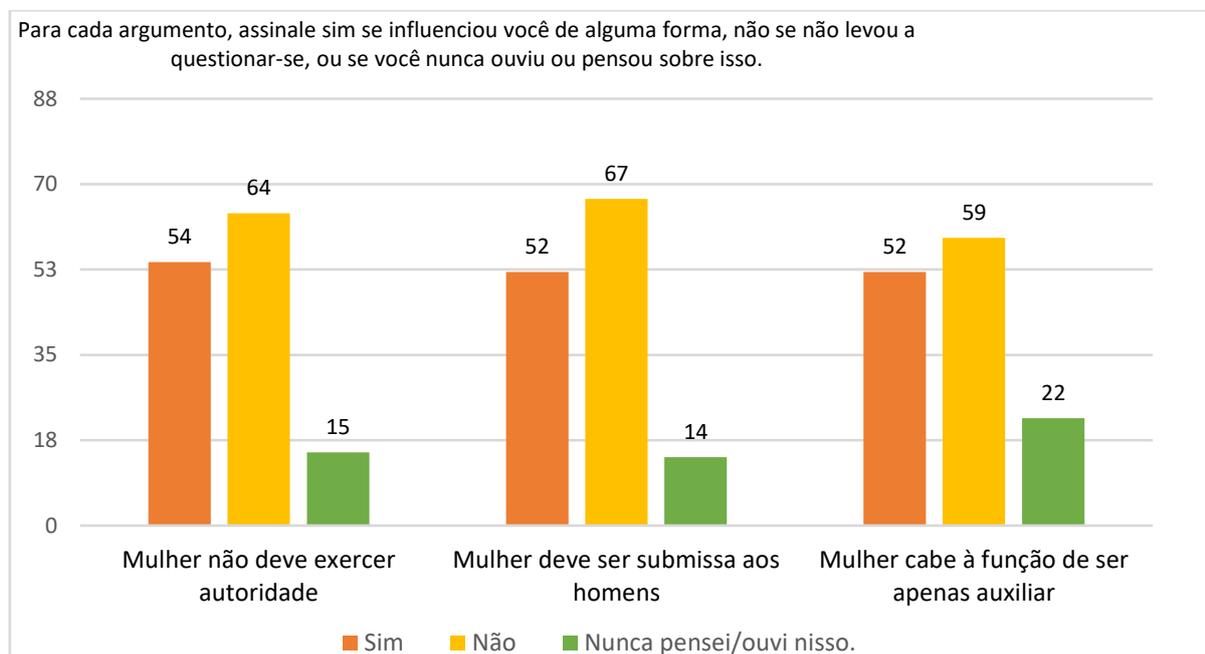
Além das três questões do instrumento de pesquisa elaboradas diretamente sobre textos sagrados, algumas questões têm base nas interpretações circulantes de textos bíblicos e outras foram abertas e obtiveram como resposta o assunto dos textos. Vamos observar esses dados neste item.

Uma das questões do instrumento de pesquisa traz uma série de argumentos sociais e religiosos que encontramos comumente nos discursos patriarcais para que as ministras avaliem se as influenciou, ou não, ou se nunca ouviram esses argumentos. Alguns deles são baseados em interpretações sexistas de textos bíblicos, ou seja, aquelas que instrumentalizam a bíblia para formar uma base ideológica que corrobora com a exclusão das mulheres como sujeitos atuantes. O argumento “mulher não deve exercer autoridade” foi baseado em uma interpretação sexista do texto de 1Tm 2,12; o argumento “mulher deve ser submissa” teve por base a instrumentação androcêntrica de Ef 5,22, Cl 3,18; 1Co 14,34; já “mulher cabe à função de ser auxiliar” utilizou de um olhar androcêntrico de Gn 2,18.

Trazemos esse recorte dos argumentos baseados em textos bíblicos nesta questão no gráfico a seguir:



Figura 3: Gráfico da avaliação de argumentos teológicos circulantes



Fonte: autoral.

Percebe-se, no gráfico acima, que, na avaliação desses argumentos, a maioria das ministras entende que não se deixou questionar por eles. Porém, a parcela de ministras que afirmam o questionamento da vocação por esses argumentos, mesmo que tenham optado por seguir ao ministério ordenado, não pode ser desprezada, pois não se faz um número baixo. Além disso, poucas afirmaram não ter ouvido ou pensado nos argumentos. Esses dados demonstram que esses conteúdos discursivos circulam bastante na esfera sociorreligiosa, uma vez que são reconhecidos pela maioria das ministras. Além disso, cada um deles foi considerado por pelo menos 39% das ministras participantes da pesquisa, formando uma violência simbólica contra elas.

Na questão seguinte, o instrumento de pesquisa pede que as ministras elenquem argumentos socioculturais ou teológicos que se relacionem com o ministério ordenado de mulheres. Das 59 respostas, 15 se relacionam com uma interpretação sexista da bíblia, e estão relacionadas no quadro a seguir conforme foram escritos pelas participantes, apenas sinalizando com [...] a exclusão de trechos que apareceram dados pessoais para evitar identificação:



Quadro 1: Argumentos bíblicos apresentados pelas ministras

O ministério pastoral deve ser apenas masculino, pois Jesus foi homem.
Exercer diaconia (servir) é próprio da mulher; mas o ministério (da pregação) é para os homens.
Mulher não pode ensinar homens.
Jesus não chamou mulheres.
Não existe pastora na Bíblia.
Não pode ser pastora do marido.
Não é bíblico homem obedecer mulher, também um pastor, falou na minha cara que eu não poderia batizar as ovelhas quando tivesse menstruada ou grávida.
Ouvi de pessoas que no Novo Testamento Paulo fala que as mulheres não podem ter a tarefa de anunciar a palavra, somente ouvir. Isso me foi dito por um padre que questionou a credibilidade da IECLB a partir disso.
Jesus Cristo não chamou entre os 12 apóstolos uma mulher.
"Deus criou o homem primeiro". "O homem é o cabeça". "Jesus só chamou homens", etc.
O homem é o cabeça da casa, por isso a mulher não pode pastorear.
Já tenho ouvido outras pessoas mencionarem que as mulheres não deveriam ser pastoras porque na Bíblia não havia discípulas e nem mesmo mulheres que eram pastoras de ovelhas.
O ministério da educação ou da diaconia é pra mulher; o ministério pastoral é para o homem. Na minha época de estudo no [...], os estudantes de teologia cantavam entre si para as mulheres que estudavam diaconia – "Quero ir com os pastores...", presumindo que as estudantes de diaconia só estavam ali para casar com um pastor!
Já tenho ouvido outras pessoas mencionarem que as mulheres não deveriam ser pastoras porque na Bíblia não havia discípulas e nem mesmo mulheres que eram pastoras de ovelhas.
Ouvi falarem contra as mulheres no ministério: O ministério pastoral deve ser apenas masculino, pois Jesus foi homem. Aconselharam-me a ir para a irmandade, na Casa Matriz de Diaconisas, da IECLB, pois era mais apropriado para mulheres. Fui desaconselhada pela minha comunidade e proibida por minha família de ir para São Leopoldo cursar Bacharelado em Teologia. [...] No entanto, na Faculdade de Teologia segui outra linha, mais próxima a Teologia da Libertação e depois de Teologia Feminista.

Fonte: autoral.

Percebemos, nesses depoimentos, que alguns argumentos mostrados nas questões anteriores são repetidos, o que reforça uma concentração dos discursos sobre textos sagrados em poucos argumentos, quais sejam a submissão, controle de corpos, ausência de mulheres nos textos. Porém, outros são acrescentados: Jesus era homem e as mulheres devem servir. Esses



discursos são parciais no acesso ao texto bíblico, no sentido que não fazem esse acesso considerando outros textos bíblicos que têm posicionamentos diferentes sobre atuação e igualdade das mulheres. Com esse tipo de argumento, ignora-se completamente que a forma como Jesus é mostrado nos evangelhos, construindo uma comunidade igualitária¹⁶, com um formato de liderança baseado no serviço, já que as próprias atuações de Jesus eram entendidas por ele como serviço, inclusive a pregação e o ensino¹⁷.

Considerando a circulação desses discursos contra a ordenação ministerial de mulheres, questionamos as ministras acerca do avanço e do retrocesso da percepção de legitimidade da ordenação de mulheres e constatamos que elas percebem ambas as situações. Em seguida, perguntamos pela avaliação de alguns fatores que levam a essas situações. Com respeito à relação entre bíblia e a legitimidade da questão da ordenação de mulheres na sociedade, percebemos na pesquisa que das 117 ministras que entenderam haver avanço na percepção de legitimidade do ministério de mulheres, 54,7% entendem que uma interpretação libertadora da bíblia é um fator que colabora. Já entre as 91 que entenderam haver retrocesso na percepção dessa legitimidade, 71% (aproximadamente metade do total de ministras que participaram da pesquisa) consideram que o crescimento do fundamentalismo religioso é um dos motivos para haver retrocesso nessa percepção. E o fundamentalismo religioso traz consigo uma leitura literal e descontextualizada do texto bíblico que fundamenta a constante disputa pelo controle dos corpos de mulheres destinadas ao trabalho reprodutivo e de cuidado¹⁸. Dessa forma, através de uma leitura bíblica sexista e injusta, o fundamentalismo se coloca contrário ao exercício ministerial de mulheres, mesmo que elas já tenham conquistado essas funções e já exerçam sua vocação, isso demonstra a percepção de enfraquecimento das conquistas das mulheres.

Porém, os dados dessas questões que não tratam tão diretamente de textos sagrados mostram que, embora haja uma cultura em que circulam esses argumentos que instrumentalizam os textos bíblicos de forma sexista, eles também são vistos pelas ministras como fonte de amparo e de outros tipos de discurso. Percebemos isso em duas situações da pesquisa.

Primeiro, observamos tal utilização nas respostas de algumas das questões do instrumento de pesquisa dedicadas ao tema da implementação de justiça de gênero. Elencamos algumas opções de material e ações para a avaliação das ministras quanto importância para a promoção da justiça de gênero. Quando citamos estudos bíblicos como ferramentas com esse fim, 70 ministras avaliaram muito importante, 60 consideram importante e apenas 3 não entendem que seja uma ferramenta importante. Isso significa que, para a grande maioria das ministras, o texto bíblico pode ser instrumentalizado para um discurso de promoção da justiça de gênero.

¹⁶ Cf. Mc 3,20-35, Mc 15,40-41 e paralelos; Lc 8,1-3.

¹⁷ Cf. Mc 9,35; Mc 10, 43-45 e paralelos.

¹⁸ Cf. CUNHA, Magali N. **Fundamentalismos, crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul: tendências e desafios para a ação**. Salvador: Koinonia, 2020. p. 22, 29 e 32.

Algumas questões foram dedicadas também a perceber violências sofridas pelas ministras. Uma delas questiona se a ministra sofreu assédio de colegas de ministério ou autoridades eclesiais, caso positivo, pergunta-se como lidou com a situação, elencando algumas formas e deixando espaço aberto para registro de outras. Das 91 ministras que responderam a essa questão sobre como lidou com essa violência, 25,3% apontaram textos bíblicos como auxílio frente à situação de assédio. Ou seja, os textos bíblicos são fonte de amparo, motivação e força espiritual nas situações mais difíceis vividas pelas ministras. Os dados dessa questão ajudam a justificar a presença de textos sobre um Deus que cuida como os mais citados pelas ministras para fortalecer a vivência ministerial como mostrado no item anterior.

Essas duas questões reforçam a necessidade de elaboração e distribuição de subsídios teológicos construídos sobre a hermenêutica feminista, que mostrem os protagonismos de mulheres, seus exercícios de liderança, que denunciem as violências, o funcionamento de dispositivos de controle para ajudar as mulheres a lidar com as situações violentas.

Considerações finais

Percebemos com esses dados de pesquisa que a questão da violência simbólica está fortemente relacionada a como as ministras ordenadas leem e utilizam a Bíblia e como outras pessoas utilizam a Bíblia para confrontá-las pelo exercício da liderança eclesial. A recente presença dos corpos físicos de mulheres nos espaços de liderança eclesial confronta-se com uma religiosidade patriarcal, o que gera violências de gênero. Uma das principais questões percebidas neste recorte da pesquisa é que elas próprias verificam a instrumentalização da Bíblia, a partir de uma leitura parcial, descontextualizada e literal, para discursos sexistas violentos baseados em silenciamento, controle e submissão. Esse tipo de leitura bíblica é impulsionada pelo crescimento do fundamentalismo religioso que acaba por ameaçar espaços conquistados por muita luta.

Ainda assim, essas ministras ordenadas encontram no texto sagrado fonte de amparo e fortalecimento nos momentos difíceis. Porém, a própria experiência religiosa das mulheres em termos de acesso a textos bíblicos inspiradores é moldada de forma patriarcal, mas modifica-se no encontro com a violência do dia a dia do exercício ministerial das mulheres. Apesar disso, elas também entendem que há uma potência na utilização de textos bíblicos para construção da justiça de gênero nos âmbitos eclesiais.

Referências

50% DOS BRASILEIROS são católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião, diz Datafolha. **G1**, 13 jan. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml>. Acesso em: 21 jul. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CANDIOTTO, Jaci de Fátima Souza. Hermenêutica Feminista da Suspeita como possibilidade de superação de epistemologias teológicas excludentes. **Revista. Pistis e Praxis**, Curitiba, v. 13, ed. espec., p. 291-306, 2021.

CUNHA, Magali N. **Fundamentalismos, crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul**: tendências e desafios para a ação. Salvador: Koinonia, 2020.

FACULDADES EST. **Política de Justiça de Gênero**. 2015. Disponível em: http://www.est.edu.br/ouvidoria/template/docs/Politica_Justica_de_Genero-final.pdf. Acesso em: 22 fev. 2022.

FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL. **Política de Justiça de Gênero**. Genebra: [s.n.], 2014. Disponível em: <https://www.luteranos.com.br/public/download.php?nome=polu-tica-de-justiu-a-de-gu-nero-federau-u-o-luterana-mundial&file=201410/066b397ebf417b78fd9e1d2467836f8a.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2022.

GEBARA, Ivone. Que escrituras são autoridade sagrada? Ambiguidades da Bíblia na vida das mulheres na América Latina. **Concilium**, Petrópolis, v. 3, n. 276, p. 10-25, 1998.

MALBON, Elizabeth Struders; ANDERSON, Janice Capel. Literary-Critical Methods. *In*: SCHÜSSLER FIORENZA, Elizabeth. **Searching the Scriptures**. New York: The Crossroad Publishing, 1993. 1 v. p. 241-271.

RIBEIRO, Margarida; SANTOS, Suely Xavier dos. **Ministério Pastoral das Mulheres Metodistas: 1970/71-2020/21**. São Paulo: Angular, 2021.

RICHTER REIMER, Ivoni. **Grava-me como selo sobre teu coração**: teologia bíblica feminista. São Paulo: Paulinas, 2005.

RICHTER REIMER, Ivoni. Para memória delas! Textos e interpretações na (re)construção de cristanismos originários. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 50, n. 1, p. 41-53, jan./jun. 2010.

SCHÜSSLER FIORENZA, Elisabeth. **As origens cristãs a partir da mulher**: uma nova hermenêutica. Tradução de João Rezende da Costa. São Paulo: Paulinas, 1992.

SCHÜSSLER FIORENZA, Elisabeth. **Discipulado de iguais**: uma ekklesia-logia feminista crítica de libertação. Tradução de Yolanda Steidel Toledo. Petrópolis: Vozes, 1995.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Lilian Conceição da; ROSA, Selma Almeida; RIBEIRO, Tatiana. **35 anos de ordenação de mulheres na IEAB**: vivências e contribuições pastorais. Porto Alegre: Livraria e Editora Anglicana, 2020.

SOUZA, Carolina Bezerra de. **Marcos**: Evangelho das Mulheres. 2017. 396 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2017.



SOUZA, Carolina Bezerra; RICHTER REIMER, Ivoni; SCHUCHARDT, Ketlin Laís. Métodos e Epistemologias Feministas nos Estudos de Religião. **Reflexus**, Vitória, v. 14, n. 1, p. 15-43, jan./jun. 2020.

Recebido em: 07 nov. 2022.

Aceito em: 18 nov. 2022.